PCB: O ESGOTAMENTO DE UM CICLO HISTÓRICO[1]

MILTON PINHEIRO[2]

RESUMO

Ao longo dos anos 1980, o PCB vivenciou momento crítico em sua história ao ressaltar o desvio reformista que esteve presente na sua orientação política nessa década. Influenciada pela crise da URSS, a linha adotada pelo partido se distanciou da estratégia revolucionária que marcou toda a sua existência, passando a privilegiar e conciliar com o jogo institucional e eleitoral e se aproximando, por isso, da própria concepção de democracia burguesa e se confundindo com os demais partidos da ordem.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil – Revolução – Reformismo – PCB

[1]Este artigo é referenciado na tese de doutorado. PINHEIRO, Milton. O PCB e a ruptura da tradição: dos impasses das formulações do exílio ao exílio da política no Brasil (1971-1991). São Paulo: PUC/SP, 2014.

[2]Milton Pinheiro é Cientista Político, professor titular de história política no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, pesquisador na USP, autor/organizador de 9 livros, entre eles, *Ditadura: o que resta da transição* (São Paulo, Boitempo, 2014), editor da revista teórica *Novos Temas* e militante comunista.

Abstract

Throughout the 1980s, the PCB experienced a critical moment in its history by highlighting the reformist deviation that was present in its political orientation in this decade. Influenced by the crisis of the USSR, the line adopted by the party distanced itself from the revolutionary strategy which marked its whole existence, privileging and conciliating with the institutional and electoral game and approaching, therefore, the very conception of bourgeois democracy and confounding itself with the other parties of the order.

Key words

Brazil – Revolution – Reformism - PCB

No âmbito desse dossiê sobre os cem anos do PCB, este artigo se propõe examinar a crise do PCB nos anos 1980 e o começo do processo de ruptura interna.

A situação de profunda crise do PCB, nos estertores dos anos 1980 é herdeira de um longo período de contradições que marcaram as formulações teórico-políticas do partido em consonância dialética com uma práxis que era subordinada ao campo liberal-burguês, da democracia formal. Este complexo arcabouço, que relacionou formulação e ações políticas, se consolidou a partir da direção implementada ao partido por um núcleo dirigente estagnado (maioria do CC) que se mostrou completamente apático para ação e equivocado na interpretação da realidade concreta. Essa direção não teve capacidade para desvelar a cena política da transição democrática, muito menos o fechamento do último ciclo da revolução burguesa no Brasil. Não compreendeu, o PCB de então, que o desenvolvimento capitalista entre 1964-1979 negou o projeto do partido.

> A etapa burguesa, ao contrário das expectativas do PCB se completara, mas não eliminara os problemas essenciais da sociedade nacional, pelo contrário, se fizera em cima da conservação de estruturas arcaicas e impulsionada por essas estruturas. Ao contrário do que acreditava o PCB, a presença do imperialismo e a manutenção do latifúndio não se constituíram em obstáculos

> para o desenvolvimento conservador orientado pelos interesses das frações burguesas que sustentaram o golpe militar. Ou seja, o desenvolvimento impulsionado pelo regime militar não havia sido feito em nome de uma revolução nacional e muito menos democrática e antiimperialista, pelo contrário, conduzira a uma crescente dependência externa e associação entre as burguesias interna e externa. Isso desmistificava a ilusão comunista de uma 'burguesia nacional' interessada no desenvolvimento autônomo e progressista do país e, portanto, interessada na efetivação de uma revolução nacional-democrática no Brasil (MOURA, 2005, p. 66).

Esse conjunto de posições erráticas afirmou algumas características que nos chamaram à atenção durante às pesquisas que desenvolvo sobre esse operador político. O PCB da longeva luta revolucionária na história do século XX não existia mais.

O projeto não deliberado da direção estagnada, configurado por um núcleo duro que operava na lógica interna do que Lênin qualificava como *Pântano*, havia sido vitoriosa ao afastar o partido de uma práxis orgânico-política revolucionária. No entanto, mesmo com essa integração, o partido não obteve nenhum respaldo dentro do processo político da ordem burguesa. Tratou-se, já em um segundo momento, de uma ardilosa articulação para integrar o PCB na institucionalidade burguesa e depois descartá-lo, agindo para consolidar uma linha política cujo eixo central era ser parceiro sem conflito do bloco liberal-burguês.

Porém, é necessário investigar quais foram os caminhos e agentes que desenvolveram essa ação destrutiva. No entanto, optamos por procurar razões teórico-políticas para explicar essa derrota dos comunistas brasileiros em sua ação dentro da realidade brasileira, e deixamos para a história o julgamento de quem operou essa tentativa de destruição.

O PCB, com erros e extraordinários acertos na história da luta de classes no Brasil, transformou-se durante grande parte do século XX naquilo que caracterizo como operador político da classe operária; compreendendo essa categoria explicativa como uma construção dialética que, a partir das formulações políticas, práxis social e projeto universal, encontrou uma solução de práxis de forte impacto teórico-político e cultural, que, para além da ação política, construiu

uma intervenção ideológica responsável pela presença do PCB na sociedade brasileira e o sentido da transformação social.

A consigna do socialismo e seu registro histórico entre nós, Brasil, é uma emergência direta dessa perspectiva de intervenção colocada na cena da luta de classes por esse operador político (PINHEIRO, 2011, p. 02-03). Não obstante, a subordinação das suas formulações ao taticismo politicista originário de uma leitura vulgar/liberal sobre a questão da democracia, apresentada a partir da "Declaração de Março de 1958", que derrotou paulatinamente a condição histórica/revolucionária do PCB ser o operador político dos trabalhadores e dos segmentos populares. Transformou-se em mais um partido que pouco se diferenciava daqueles que atuavam dentro da ordem. Porém, sem o consentimento da ordem. Este é um detalhe importante para entendermos esta história.

Para compreender os movimentos taticista do PCB, até aqui apresentados, faz-se necessário entrar no debate sobre a questão da democracia aberto pela crise que se estabeleceu no "Socialismo real" a partir das contradições tornadas públicas pelo XX Congresso do PCUS. Mesmo com os graves problemas dessa questão, o PCB fez um enorme esforço intelectual e político para construir uma nova perspectiva política para a sua prática social. Todavia, o seguidismo aos partidos e governos do socialismo de Estado não possibilitou que o partido construísse uma interpretação da realidade brasileira e da formação predominante no capitalismo interno que respondesse a um salto de qualidade na formulação e na ação concreta. A todas essas questões, somaram-se ao parco entendimento sobre as características do capitalismo no Brasil, sobre o perfil da classe trabalhadora e das relações sociais de produção. Tudo isso foi agravado pelo comportamento oportunista e carreirista de uma direção que visava, em grande medida, apenas a manutenção do aparelho e que começava a nutrir profundos interesses reformistas.

É com base nessas contradições que a nossa pesquisa levantou alguns pontos para explicar as razões dessa crise e da derrota que concluiu o processo de ruptura da transição e do exílio da política dos comunistas brasileiros[3].

As contradições que permearam o debate sobre a questão da democracia colocaram o partido numa situação de profunda ambiguidade para realizar o conjunto das suas ações político-sociais. Esta ambiguidade também se manifestava nas resoluções que foram formuladas sobre a centralidade da tática e estratégia que deveriam orientar o PCB.

[3] Política desenvolvida no período de 1971 a 1991.

> Antes de mais nada, para esse projeto de dimensão estratégica, é fundamental a existência de um Estado de Direito democrático. E para conquistarmos é preciso que a transição, que se desenvolve num quadro de contradições, consolide-se e avance enfrentando os graves problemas políticos, econômicos e sociais, que ameaçam paralisá-la ou desviá-la, com respostas eficazes e vinculadas aos objetivos democráticos, que uniram amplas forças contra o autoritarismo (PCB, 1987, p. 3).

A nova estratégia, definida no VII Congresso, de caráter democrático-nacional como etapa da revolução brasileira, em nada modificava as balizas táticas e de ação político-social do partido. Era apenas, em última instância, uma inversão semântica para tentar valorizar o papel que o partido estava dando para a questão da democracia. Uma cópia vulgar de posicionamentos do PCI com a intenção, inicial, de adquirir contornos de massa com caráter progressivo que, no caso do PCB, daquela quadra histórica, apenas adjetivava o debate e a prática política. Estava longe de ter contornos de centralidade político-ideológica para avançar na luta de classes.

As desventuras da questão democrática colocada pelo partido e a ossificação da estratégia, assim como da ditadura politicista da tática, subalternizaram os interesses da classe operária dentro da linha política do PCB. Portanto, "Os comunistas, coerentes com a sua estratégia para a transição, buscavam 'balizas mínimas do espaço de conflito'. Era preciso fazer acordos para reordenamento político-social" (SANTANA, 2001, p. 259).

Diante desta opção, colocar o programa da classe em segundo plano passou a ser uma condição que se estabeleceu como cláusula pétrea dentro da linha política que orientava a ação do partido para a negociação, como o único instrumento capaz de dar consistência à ação do PCB no processo da longa transição democrática e que depois se consolidou como objetivo que norteava a atuação do partido. Era a ditadura taticista do "Lutar para negociar, negociar para mudar" impregnando o partido de uma nova cultura política pautada no reformismo e na conciliação de classe.

As hipóteses de trabalho vão se confirmando, o PCB foi derrotado na transição democrática. E a opção por apoiar e participar do governo burguês da "Nova República" foi o último grande lance da subordinação do partido ao bloco do poder. "A 'Nova República' com Tancredo e Sarney, ao contrário do que seria com

Paulo Maluf e Flávio Marcílio era vista pelo partido como uma grande vitória política das forças democráticas e oposicionistas" (VOZ da UNIDADE [Salomão Malina], 1986, p. 8). O PCB naquela perspectiva dava centralidade à coesão ao modelo daquela transição.

> Movido pelas esperanças no processo que se iniciava e pela necessidade de garantir a estabilidade da transição para um regime democrático, o PCB reiteraria a necessidade de se manter a unidade das forças democráticas e a frente utilizada na luta contra a ditadura (MOURA, 2005, p. 124).

Mesmo com a campanha e o processo negociado de legalização do partido, que em tese contribuiria para que o PCB voltasse à disputa pelo protagonismo dentro da esquerda brasileira, não possibilitaram nenhuma chance para o PCB se recolocar. O espaço já estava ocupado pelo PT, até mesmo pelo PC do B, e as diversas correntes clandestinas que atuavam a partir de um projeto classista dentro da sociedade brasileira. Em especial o PT, que já vinha com uma postura de demarcação de espaço que, paulatinamente, o transformava em força hegemônica na esquerda brasileira. Portanto,

> Na direção contrária, encontramos o PT. No período da articulação da chamada candidatura única das oposições, o PT deixava clara a sua discordância acerca dos princípios norteadores dos arranjos em efetivação. O partido verá a saída via o colégio como um engodo e se posicionará pelo boicote aos candidatos (SANTANA, 2001, p. 251).

Vinha à tona, com força, a política que dava prioridade para uma atuação junto aos setores pelegos e atrasados do movimento operário e sindical. Já havia passado o momento no qual o PCB deveria ter tomado algumas decisões: ser governo ou oposição, ir para a CUT ou para a CGT, ter como central os objetivos da reforma ou da revolução, optar pela classe operária ou pelo povo e por fim, lutar para defender o programa de um partido revolucionário ou se estabelecer no campo da ordem institucional. Pelo desenrolar desta pesquisa fica fácil responder: o PCB optou pelo convívio com o governo burguês, pela CGT, pelo genérico discurso em defesa do povo e por interagir politicamente no campo da ordem

institucional da democracia formal. Era a ironia da história que "opera através do material humano que encontra disponível" (DEUTSCHER, 1968, p. 53).

A inflexão Roberto Freire

Diante desse quadro, em que a perspectiva revolucionária estava totalmente impossibilitada de ter qualquer protagonismo dentro do PCB, e da opção por outro objetivo político que radicalizasse a "nova" política com a sua consequente atuação, o núcleo dirigente estagnado – impactado pela resistência interna – apresentou ao partido uma candidatura para a presidência da República como instrumento para costurar a unidade interna e reacender o ânimo que havia sido perdido pelos comunistas brasileiros (BARBEIRO, 1989).

Contudo, escolheu uma candidatura para as eleições de 1989 que representasse a afirmação de todo o arcabouço pretérito que havia levado o partido à derrota. Não obstante. Apresentado pelo discurso de tipo "moderno", colocado na perspectiva de um "Partido Novo" que fazia autocrítica da herança marxista-leninista e do chamado socialismo "real".

O Comitê Central do partido escolheu o nome público que mais representava essas modificações e capitulações políticas, tratava-se de Roberto Freire que era deputado federal pelo estado de Pernambuco. Era a expressão mais aperfeiçoada da síntese dialética entre forma e conteúdo que significava o desmonte do PCB. Roberto Freire representava uma perspectiva política cujo objetivo era diluir o PCB na participação eleitoral em todos os níveis das eleições burguesas. Para ele a dimensão da luta por mudanças políticas estava submetida a centralidade das disputas eleitorais, essa era a convulsão política que sustentava a ligação da estratégia com a tática do PCB.

Era a primeira eleição direta para Presidente da República depois da substituição da ditadura burgo-militar, pela democracia formal. O Brasil demonstrou profundo interesse no debate político, os trabalhadores e as camadas populares se movimentavam para compreender o processo e escolher seu candidato. O PCB, alheio a essa dimensão do engajamento político estava interessado em debater a estabilidade da democracia formal, as pequenas modificações institucionais e o novo projeto de partido.

A partir dessa perspectiva, o PCB realizou uma cruzada nacional para divulgar o programa da candidatura, mobilizar a militância do partido e procurar

ganhar setores médios que se orientavam pelas pautas conhecidas como voto de opinião. A campanha galvanizou amplos setores do mundo intelectual e artístico. Todavia, não teve maior expressão entre os trabalhadores e as camadas populares.

O candidato considerou mais importante afirmar um perfil pessoal do que representar um programa. No entanto, mesmo com essa característica marcante, aparecia por trás do candidato um genérico programa reformista sem substância para qualificar uma proposta para o Brasil. A campanha foi desenvolvida através de um difuso discurso por direitos, pautado em subjetividades que organizavam segmentos da cidadania liberal e que apenas empolgou pequenos setores médios da sociedade.

Do ponto de vista da direção partidária, a característica central daquela candidatura era marcada pelo interesse último em deslocar o PCB do campo da luta revolucionária e assentá-lo no bloco político da ordem burguesa. Considerava que somente uma mudança radical nas ideias partidárias possibilitaria a renovação da organização e o desenvolvimento da questão democrática, possibilitando que o Brasil saísse do atraso político que marcou a sua história, com golpes, "autoritarismo" e práticas políticas superadas no mundo político ocidental. Era a perene busca pela democracia formal. Só que naquela conjuntura, a procura era pela democracia formal da ordem burguesa, na perspectiva de que o PCB ainda tivesse algum crescimento e, talvez, algum protagonismo político eleitoral.

A candidatura de Roberto Freire representava uma falsa renovação na política do partido. A presença do PCB no processo eleitoral se contrapunha aos setores da social democracia radicalizada – representada pelos setores majoritários do PT e da CUT – e, mais uma vez alimentava a velha política da capitulação e a postura política da parceria conflitiva com o consórcio burguês, através da proposta de pacto social.

Roberto Freire fez usos e abusos da conjuntura de crise, sempre com um discurso que apelava para buscas de alternativas dentro da legalidade institucional. Mas, quando o tema da crise era debatido a partir da situação em que se encontrava o partido e/ou o mundo socialista, a perspectiva discursiva era demonstrar que ele estava trazendo algo novo para superar aquela situação, mesmo tendo que enterrar a história e as lutas da tradição do PCB.

> É a famosa tese de que nas crises surgem as situações mais avançadas: 'a crise como parteira da história'. Essa crise, no entanto,

> pode não ser parteira, mas talvez possa vir a ser o nosso coveiro. É a crise não só do PCB, mas dos PCs no mundo inclusive dos que estão no poder (FREIRE, 1989, p. 161).

A candidatura do PCB era uma tentativa de suspender a problemática interna e, mais uma vez, tentar a unidade e o convívio político das partes em litígio sob a direção do núcleo dirigente estagnado. Era uma forma de congelar os debates entre "frente de esquerda" ou "frente democrática", manter distância do convívio com o PT e evitar a decisão quase que hegemônica da base sindical de entrar para a CUT.

Na eleição de 1989, o PCB, através de Roberto Freire, tentou apresentar um discurso que trazia algumas ambíguas novidades para consolidar um novo perfil. Eram rótulos pouco definidos que designavam um discurso com frases lacônicas onde apareciam palavras de ordem soltas: "esquerda moderna", "socialismo democrático", "nova esquerda", "novo socialismo" e críticas aos regimes de Cuba e China por considerar que neles não haviam "liberdades democráticas".

Durante a campanha, o candidato do PCB tentou se distanciar da perspectiva estatista que existia nos países do "Socialismo real", considerando que esse modelo estava superado e não mais atendia ao modelo de organização do Estado contemporâneo. "Precisamos de um Estado forte, a serviço do público e não do privado, em articulação com o capital particular, numa economia mista sob controles sociais. Socialismo não se confunde mais com estatismo" (VOZ da UNIDADE, 1989, p. 3).

Ao lado deste debate político, surgiram propostas que garantiram repercussão da candidatura em setores restritos da sociedade por tratar de questões consideradas como novidade, a exemplo da questão da descriminalização da maconha e da possibilidade de legalizar o aborto.

Roberto Freire e o núcleo dirigente estagnado do PCB tergiversavam sobre as reais condições do partido dentro da esquerda brasileira. Negando ou descaracterizando as verdadeiras condições do partido, que já havia sido superado há muito tempo pelo PT na esquerda. Como demonstra a entrevista de Roberto Freire:

> Um dado importante é que na esquerda brasileira não existe ainda o que nós poderíamos chamar um partido dominante. Um partido que já tenha sido aceito pela sociedade como aquele par-

> tido da vanguarda da esquerda brasileira. Em outras palavras, não existe o partido hegemônico, aquele que dita o caminho que deve seguir todo o movimento operário, todos os trabalhadores. Isso não foi ainda definido. Quem vai definir esse aspecto é esse novo processo democrático que nós estamos vivendo. E aí nesse sentido é importante dizermos da nossa concepção, que é uma concepção, hoje, por exemplo, que tem a base maior, do ponto de vista teórico e até mesmo da grande discussão do socialismo no mundo, que é a perestroika, que é a glasnost, que é o processo de renovação por que passam a União Soviética e o mundo socialista, a partir do Presidente Mikhail Gorbachev (BARBEIRO [FREIRE], 1989, p. 5).

O Roberto Freire e a campanha do PCB marcaram definitivamente a rota que o partido construiu para chegar ao ponto decisivo onde se daria a última batalha da crise político-orgânica. Após as eleições foram criadas expectativas diversas dentro do partido, diante de um resultado complexo.

> A campanha presidencial, a princípio apenas uma tentativa de afirmação do partido no cenário da política brasileira (talvez apenas no cenário da esquerda) e uma tentativa de afirmação de suas fileiras, foi assumindo aos poucos uma aura de 'novidade' para alguns setores da sociedade brasileira, em especial da intelectualidade. Teve sem dúvida uma força simbólica maior que o resultado final alcançado (o oitavo lugar geral, com cerca de 1% da votação total ou aproximadamente 769.000 votos) (SILVA, 2005, p. 131).

Aspectos da crise do socialismo de Estado no Leste Europeu

A complexa e profunda crise político-orgânica que o PCB estava vivendo ao final dos anos 1980 e o começo da década seguinte ganharam contornos de dramaticidade com o colapso da União Soviética e das chamadas "democracias populares" do Leste Europeu. As contradições e os aspectos centrais da contrar-

revolução na URSS impactaram e determinaram uma nova pauta dentro da crise do partido. Contudo, o conteúdo do que poderia se entender como mais uma questão no mapa das dificuldades do partido era de conhecimento do PCB (crise política na URSS) há muito tempo.

Com o falecimento de Lênin e o advento do chamado stalinismo, o marxismo dado à luz pela terceira internacional se converte numa ideologia de Estado – um discurso vulgarizado para legitimar aparatos de poder e convalidar uma interpretação. É evidente que esta conversão não foi simples nem linear, e aqui só importa assinalar seu resultado. Já nos anos 30, o marxismo foi negativamente institucionalizado ao ser investido como ideologia oficial da burocracia autocrática do período de Stálin, esse modelo vulgar de ciência social se torna uma linguagem e uma estratégia de poder.

> Essa transformação não atinge apenas o mundo cultural soviético. Através da Terceira Internacional, os modelos políticos e ideológicos do partido soviético stalinizado se generalizam entre os comunistas de todo o mundo. Correia de transmissão da autocracia stalinista, a Terceira Internacional cumpre a função de equalizar o pensamento comunista, de uniformizá-lo e homogeneizá-lo segundo as fórmulas do marxismo institucionalizado (NETTO, 1985, p. 50-51).

Os anos 1980 foram devastadores para o modelo econômico usado pelo regime político que existia na URSS, mesmo assim, não se esperava uma derrocada tão espetacular do chamado "Socialismo realmente existente", naquela parte do mundo. Não pela natureza das relações sociais, mas, objetivamente, por se tratar de uma grande potência mundial com enorme controle interno e vasta área de influência mundial. Aparentemente, apesar da crise no modelo de gestão do trabalho e da dinâmica política que demonstrava uma parca socialização da participação política, não desvelava os rumos e contornos que ganharam para colapsar o modelo como um todo.

> A situação ficaria insustentável em 1989, quando os regimes socialistas do Leste Europeu caíram como 'castelos de cartas', numa sucessão de acontecimentos que ficou marcada especialmente pela queda do Muro de Berlim (que cortava a cidade, na fronteira

> entre as duas Alemanhas) em outubro. Não houve propriamente a derrubada de nenhum governo, simplesmente a desintegração de um poder corroído pela crescente crise econômica, pelo baixo apoio interno e pela perda da sustentação externa. Mesmo porque não havia oposições suficientemente organizadas para operar tais derrubadas. O que ocorreu de fato foi uma sinalização clara de suas populações de que aqueles regimes não tinham mais legitimidade. Aceitando rapidamente a derrota e sem ter a quem recorrer como no passado, as elites políticas socialistas simplesmente se retiraram (SILVA, 2005, p. 135).

A tentativa de superação dos graves problemas identificados pelo PCUS a partir de 1985, contidos nas plataformas programáticas do que se convencionou chamar de glasnost e perestroika, não foram suficientes para controlar a grave situação do país. Até porque o Gorbachev tinha organizado seu governo para operar a destruição do sistema.

> Em um primeiro momento, a partir de 1987, as denúncias na imprensa se concentraram nas questões ecológicas, na escassez, na má qualidade dos bens e serviços. [...] Da crítica às questões do cotidiano, da economia e das greves reivindicatórias passou-se à esfera política, a denúncia das desigualdades, da injustiça, dos privilégios da burocracia, da continuidade do stalinismo (RODRIGUES, 2006, p. 231).

A palavra de ordem do governo Mikhail Gorbachev era a liberalização do regime no campo político e econômico, enfrentando os "conservadores"(ortodoxos) e abrindo novas perspectivas para mediar a crise diretamente com as camadas populares insatisfeitas com o regime. No entanto, a burocracia convertida em classe dirigente percebeu que havia começado o fim do sistema e acelerou o processo de usurpação dos meios de produção. Ao tempo em que a intelectualidade fazia uma enorme rotação para se converter ao pensamento neoclássico.

> Parte dos novos economistas e acadêmicos soviéticos, convertidos agora ao liberalismo radical de Friedrich Hayek e Milton Friedman, parecia de repente acreditar que uma economia base-

> ada exclusivamente nas virtudes do mercado, nas leis da oferta e da procura, poderia suprir as carências dos cidadãos soviéticos e de repente encher as prateleiras das lojas, a exemplo do que viam nos países da Europa Ocidental (RODRIGUES, 2006, p. 239).

A situação convulsionada na URSS causava inflexões no debate interno do PCB. O partido esgotado pelo seu instrumental teórico-político, pautado por uma atuação que o subalternizava à política burguesa e derrotado nas frentes de massas, de onde se afastou, não conseguia entender o processo em curso na URSS e se utilizava do clássico seguidismo para se colocar ao lado do Secretário-Geral do PCUS, Gorbachev.

A queda do muro de Berlim havia produzido uma enorme convulsão social no bloco socialista e a própria União Soviética não conseguia responder a crise através das plataformas da perestroika e da glasnost. Além do mais, ocorria uma disputa dentro do partido, do governo e uma disputa na sociedade com o político "reformador", Boris Yeltsin (posteriormente identificado como o organizador das máfias que saquearam a propriedade pública).

Os acontecimentos políticos ganharam contornos de radicalidade no ano de 1990 dentro dos países do chamado bloco socialista. O PCB, que apoiou de forma subordinada o modelo socialista daqueles países, ensaiava algumas críticas sem se deter com profundidade sobre o problema da revolução socialista e seus descaminhos.

A revolução bolchevique com seu percurso "épico-trágico" construiu uma perspectiva de socialismo que, apesar dos estudos sobre as comunas russas (MARX & ENGELS, 2013), não tinha algumas pré-condições para aquela revolução se concretizar. Sem indicações dogmáticas, chama atenção nesse debate a ausência do desenvolvimento das forças produtivas e a inexistência de um numeroso proletariado politizado e com destacado papel de vanguarda. Estes dois aspectos se somavam, antes da Revolução, ao alto grau de analfabetismo e o nacionalismo conservador como ideologia disseminada na sociedade russa.

A Rússia era um país que saiu de uma autocracia czarista, com um gigantesco déficit de democracia, para uma revolução socialista que logo nos seus primórdios passou por uma guerra civil e pela invasão de exércitos estrangeiros. Quando a guerra civil acabou em 1921, tinha morrido 1/5 do proletariado e a produção estava reduzida aos níveis de 1913. A solução encontrada por Lenin foi

desenvolver técnicas híbridas que se aproximavam do modelo capitalista (NEP) para recuperar a produção e tirar o país da fome.

Após a morte de Lenin, sobe ao poder Stálin. A partir daquele momento as características centrais do ideário marxista sobre a transição foram congeladas. A URSS passou a conviver, após 1929, com baixo nível de tolerância política e entre 1936 a 1939, com um profundo despotismo de natureza pré-bolchevique. Esse despotismo foi usado para a formação da autocracia stalineana que se consolidou como herdeira da pretérita "cultura política" russa. A URSS passou a conviver com um grande déficit de liberdade política e com o equívoco metodológico da fusão entre partido e Estado, gerando uma burocracia que aos poucos derrotou a revolução para poder criar e manter os seus privilégios.

Aqui no Brasil, o PCB só via o lado positivo daquele processo na URSS e quando tecia alguma crítica era de caráter liberal. Contudo, os comunistas brasileiros sempre souberam o sentido revolucionário do papel desenvolvido pela URSS. Não podemos deletar o papel da pátria dos conselhos na II grande guerra, momento seminal em defesa da humanidade contra a barbárie nazifascista; o grande bem estar que a revolução propiciou ao povo soviético; o progresso científico; o apoio internacionalista aos povos em luta pelo mundo afora e a solidariedade aos perseguidos pelas forças reacionárias em seus países; o enfrentamento à agressão do imperialismo estadunidense, etc.

Na pauta de questões importantes que o PCB evitou debater e/ou teve posição seguidista sobre acontecimentos na URSS e nas democracias populares encontra-se o relatório do XX Congresso do PCUS (ocorreu uma incipiente discussão em virtude da rebelião interna), os chamados "crimes" da era stalinista, as invasões da Hungria e da Tchecoslováquia, questões da ordem dos costumes e da família.

Podemos afirmar, de uma maneira genérica, que a problemática final da URSS e das democracias populares nos países do Leste Europeu foi pautada pela disputa armamentista, pela degeneração da burocracia no aparato do partido/Estado, pela concorrência internacional no ambiente das mudanças de paradigma para gerência do trabalho, pela substituição de uma política revolucionária por uma ação de coexistência pacífica (convívio conflitivo com os países capitalistas), pela constante ameaça imperialista e pela contrarrevolução operada pela burocracia que, contraditoriamente, se somou às profundas insatisfações populares e dos trabalhadores.

A contrarrevolução surgiu do aparato burocrático do Estado e dos organismos do partido. A burocracia convertida aos interesses do capital queria avançar na conquista de privilégios e no controle, privado, dos meios de produção. Para isso desenvolveu uma profunda infiltração ideológica que se transformou em contrarrevolução. Mais uma vez, contraditoriamente, essa ação se somou às profundas insatisfações das massas operárias que, com o processo de ruptura nessas sociedades, fez surgir as máfias que passaram a dominar o novo mundo capitalista na Rússia e no Leste Europeu.

O ano de 1991 foi marcado por situações de bruscas movimentações políticas na URSS. No entanto, mesmo com a tentativa de um contragolpe por parte de setores do PCUS, mas afastados das massas, a cena política foi desvendada pelo Boris Yeltsin que promoveu um acordo golpista com outras Repúblicas formando a CEI (Comunidade de Estados Independentes), determinando com esse ato o avanço do predomínio capitalista e a renúncia forçada de Gorbachev, que foi superado na radicalidade do programa de transição contrarrevolucionário.

> A partir de fins de 1988 em diante, ele [o processo político na URSS] começou a fugir do controle partidário. A descentralização de poder vinda a reboque da introdução da economia de mercado trouxe à tona, realmente, uma sublevação contra as tentativas do partido de manter as rédeas do processo. Os comunistas passaram a ser perseguidos e achincalhados em várias repúblicas [...] países-satélites se sublevaram e, finalmente, em meados de 1991, as massas saíram às ruas para expulsar de vez o projeto nacionalista-comunista dos autores da tentativa de putsch de agosto daquele ano (SEGRILLO, 2000, p. 188-189).

No entanto, outras opiniões debateram, também, as causas da derrocada da URSS.

> A desintegração da União não se deveu a forças nacionalistas. Deveu-se essencialmente à desintegração da autoridade central, que obrigou toda região ou subunidade do país a cuidar de si mesma e, não menos, a salvar o que pudesse das ruínas de uma economia que escorregava para o caos. A fome e a escassez estão

> por trás de tudo o que aconteceu nos últimos dois anos na URSS (HOBSBAWM, 1997, p. 476).

O PCB não procurou abrir com antecedência o debate para entender o que se passava naquela parte do mundo, com a qual mantinha fortes laços políticos e ideológicos. No entanto, pautado pelas variadas perspectivas eleitorais e balizado no seu projeto democrático nacional rebaixado, resolveu fazer uma confusa autocrítica que o deixava prostrado sobre a problemática e mesmo sem nenhum instrumental analítico para reagir diante daquela situação.

> O caso do PCB em relação ao internacionalismo, nesta fase da crise das esquerdas brasileiras, pode ser resumido no processo que marca a decadência do PC soviético e o fim deste partido como matriz ou modelo para o partido no Brasil. A crise do socialismo soviético rompeu os vínculos e identidades internacionais existentes entre o grupo hegemônico do PCB e o PCUS (DIAS, 2002, p. 29).

Essa nova postura do partido era mais uma tentativa de consolidar, a partir das formulações do núcleo dirigente estagnado, o projeto de mudança político-ideológica, objetivando sua inserção em outro campo do exercício da política. Porém, o quadro interno era desanimador em virtude das sequelas que começaram a aparecer diante do colapso do bloco socialista e das contendas abertas pela crise político-orgânica que já era de razoável duração.

Após a tentativa de retorno ao que seria URSS, sobre o controle do PCUS, quando do movimento de contragolpe, mesmo que dentro de uma movimentação de uma parcela da burocracia que havia perdido seu caráter revolucionário, o PCB se manifestou contra qualquer ação do partido dos comunistas soviéticos naquela crise política. Todavia, quando alguns acontecimentos que abalaram a China com movimentações de massas populares na Praça da Paz Celestial, o partido, através do seu líder interno mais destacado, o presidente Salomão Malina, reforçou a importância de "mudanças". "Vêm sendo acompanhadas com atenção e simpatia por todo o mundo, fortalecendo sempre mais a imagem do socialismo junto a expressivos setores dos vários continentes" (MALINA, 1989, p. 47).

Roberto Freire, liderança pública do partido, dizia que o seu socialismo era o daqueles que lutavam contra o governo chinês, mas que lutavam desarmados.

Apresentou-se no PCB uma falsa nova perspectiva, em verdade a nova questão era uma velha questão: o histórico *seguidismo* da burocracia do partido queria transformar esse caldo de cultura dos acontecimentos que abalaram o socialismo em um processo de reconstrução revisionista da ideia de socialismo. Mesmo que, sem nenhum tipo de qualificação da propalada renovação. Consubstanciava-se, assim, mais um descolamento do instrumental teórico-prático do PCB, operando uma fuga da realidade concreta e dos acontecimentos em curso no bloco socialista, aí incluído a China.

Essa lógica da maioria do CC começou a ser entendida como uma fraude ideológica e política por grande parte da militância, impedindo assim que o silêncio fosse em frente. No entanto, prosseguia o oportunismo de direita realizando as suas conjecturas para explicar o que se passava com sua opção político-ideológica no mundo.

Ficava cada vez mais nítido para a militância, que há anos questionava as posições da direção do partido, que existia um movimento para se distanciar das questões que abalaram o socialismo de Estado no mundo. O conjunto da massa crítica do partido começava à identificar que existia uma típica prática política de quem queria pular navio e solicitar socorro no barco da democracia formal.

A pesquisa nos permitiu analisar qual era a posição do PCB na proximidade daqueles acontecimentos sobre a conjuntura internacional. Afirma-se que era um momento de declínio do imperialismo, de lutas vitoriosas dos trabalhadores da América Latina, de avanço nas lutas de descolonização da África e de consolidação do Vietnã (VII CONGRESSO, 1984). Todo esse arcabouço interpretativo sofreu um revés com os acontecimentos de 1989 a 1991. Para além dos citados pontos, realmente importantes, comprovou-se a falência da análise do partido e se confirmou, mais uma vez, a completa visão voluntarista e baluartista que o PCB tinha sobre vários temas dessa pauta internacional.

Todavia, para as resoluções do VII Congresso a situação era de avanço do bloco socialista e de confronto nos países capitalistas. Era a afirmação da luta dos trabalhadores por seus direitos e de revolução democrática em Portugal, Espanha e Suécia. Outra questão também sobressaía, o declínio da bipolaridade com surgimento do movimento dos países não alinhados. E ao mesmo tempo o sistema socialista, apesar das contradições com o capitalismo, avançava.

Essa formulação fazia parte de um exercício de retórica que o PCB desenvolvia para criar a devida argamassa, objetivando solidificar uma unidade partidária que estava em amplo processo de esgarçamento. Ao levar em consideração

que para o VII Congresso as contradições da época aproximavam uma contenda democrática, ou seja, no campo da ordem internacional, entre socialismo e capitalismo, o PCB não tinha fundamentação para entender as contradições que modificaram aquele período histórico e que fizeram avançar o capitalismo. Portanto, o PCB não tirou as devidas consequências desse processo, nem, muito menos, da crise interna que colocava definitivamente em xeque suas balizas táticas e estratégica.

Por outro lado, era um momento de crise do capitalismo e de contradições interimperialistas, com um novo ciclo do capitalismo sendo pautado pela visão imperialista de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Era uma conjuntura de impacto pela nova divisão internacional do trabalho e nada disso foi percebido de forma consistente pelo Partido Comunista Brasileiro. O VII Congresso, apesar de se dedicar a estudar as transformações sociais no Brasil, ou seja, analisando o processo político brasileiro e suas perspectivas, estendendo essa análise a estrutura social brasileira, não conseguiu avançar no desvelamento da formação social brasileira. Não entendendo os impactos que o Brasil passava em virtude do papel desenvolvido pela burguesia interna, amplamente consorciada ao capitalismo internacional no aprofundamento da monopolização.

A burguesia estabelecida no novo bloco do poder, procurou no longo processo da crise de hegemonia, aprofundar o papel predominante da oligarquia financeira e desenvolver, a partir do setor industrial, uma profunda extração de mais valia.

As barricadas construídas para o IX Congresso do PCB

A crise político-orgânica do PCB e os novos acontecimentos que abalaram o sistema socialista, terminando com seu colapso, acirraram os debates internos dentro do partido. Naquele quadro político interno, grupos mais ou menos articulados a partir de posições pré-estabelecidas se organizaram para a luta política interna, mesmo o PCB não sendo um partido de tendências.

O grupo hegemônico no CC não tendo mais o controle sobre o debate e as ações da militância, resolveu convocar o IX Congresso como forma de aprofundar as suas formulações e enquadrar os dissidentes na lógica do centralismo democrático. Agora, mais do que nunca, o exercício do centralismo contra a de-

mocracia. Era a velha articulação política que aplicava, novamente, seu modelo de construção da unidade partidária.

No entanto, os descontentamentos internos eram muito grandes e ganhavam contornos de rebelião. Estava em debate a forma que o partido deveria ter, que tipo de socialismo iria defender, qual campo político deveria se aliar (frente democrática ou de esquerda), o marxismo-leninismo, a transição pacífica, centralismo democrático, nome do partido, símbolos, a questão do mercado no socialismo, partido de classe ou partido de todo o povo, como o partido deveria se organizar e suas referências teóricas, reforma ou revolução..

Não cabe no escopo desse texto debater o resultado desse confronto. No entanto, as barricadas foram organizadas e as contendas que iriam marcar o IX Congresso foram maiores do que as forças que o PCB demonstrava ter naquele momento. Mas, algumas preocupações floresceram naquele período sobre ainda a questão do sistema socialista como eixo central nesse debate.

> O PCB deve abordar a questão da atual crise do socialismo afirmando, em primeiro lugar, que não foi em vão a luta de várias gerações pela construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem. As imensas conquistas sociais, econômicas, culturais e políticas alcançadas, pela primeira vez, na URSS e em outros países socialistas, [...] comprovaram a supremacia do sistema socialista sobre o capitalista [...]. É verdade que o processo de edificação do socialismo, realizado em condições extremamente adversas e sob pressão do imperialismo, deu margem a desvios e violações do marxismo-leninismo [...]. Não é possível considerar, sumária e simplesmente, mais de setenta anos de construção do socialismo como décadas de erros acumulados. Por isso mesmo estamos obrigados a investigar, em profundidade, os erros cometidos, até pela mais grave de suas consequências: a restauração capitalista (MILANI, 1991, p. 12-13).

RECEBIDO EM 28/11/2021
APROVADO EM 30/01/2022

Referências Bib

BARBEIRO, Heródoto. *O que pensam os presidenciáveis. Freire – entrevista.* São Paulo: Harbra, 1989.

DIAS, R. *A esquerda brasileira no contexto do fim da guerra fria*. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DEUTSCHER, Isaac. Ironias da história: ensaios sobre o comunismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Roberto. O drama e as vicissitudes do PCB. *Revista Novos Rumos*, Nº 13, Brasília: IAP, 1989, p. 161.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

MALINA, Salomão. O socialismo em renovação. *Revista Novos Rumos*, Nº 13, Brasília: IAP, 1989, p. 47.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Lutas de classes na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Milce F. *A questão democrática no contexto da crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB): 1979-1987*. (Dissertação de mestrado). Marília: UNESP, 2005.

MILANI, Francisco. Alternativa a declaração política do 9º Congresso do PCB (Mimeo). Rio de Janeiro, 1991.

NETTO, José P. O que é Stalinismo. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PCB. Uma alternativa democrática para a crise brasileira (7º Congresso). São Paulo: Novos Rumos, 1985.

PCB. 8º Congresso (extraordinário) do Partido Comunista Brasileiro. São Paulo: Ed. Novos Rumos, 1987.

PINHEIRO, Milton. Operador político, luta de classes e transição. São Paulo: (Mimeo), 2011.

PINHEIRO, Milton. O PCB e a ruptura da tradição: dos impasses das formulações do Exílio ao exílio da política no Brasil (1971-1991). (Tese de doutorado). São Paulo: PUC/SP, 2014.

RODRIGUES, R. P. *O colapso da URSS: um estudo das causas.* (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 2006.

SANTANA, Marco A. *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001.

SEGRILLO, Ângelo. *O declínio da URSS: um estudo das causas*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Fabrício P. Utopia dividida – crise e extinção do PCB (1979-1992). (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

Periódicos

Voz da Unidade. São Paulo, nº 383, 1986, p. 8.
Voz da Unidade. São Paulo, nº 452, 1989, p. 3.